

**NARRATIVAS DE PROFESSORAS PAULISTAS: CONTRIBUIÇÕES PARA A
FORMAÇÃO E A PRÁTICA DE ENSINO NO MEIO RURAL*****NARRATIVES OF PAULIST TEACHERS: CONTRIBUTIONS TO TRAINING
AND TEACHING PRACTICE IN RURAL AREAS******NARRATIVAS DE PROFESORES PAULISTAS: CONTRIBUCIONES A LA
FORMACIÓN Y PRÁCTICA DOCENTE EN ZONAS RURALES*****TÍTULO EM**

Áurea Esteves SERRA¹
Kamila Cristina Evaristo LEITE²
Noely Costa Dias GARCIA³

RESUMO: A partir de narrativas de 13 professoras, foi possível a compreensão da formação e das práticas educativas exercidas em escolas primárias localizadas nas zonas rurais de três municípios paulistas: Birigui, Rio Claro e São José do Rio Preto. As fontes orais foram compostas por entrevistas com quatro professoras do município de Birigui, cinco professoras de Rio Claro e quatro professoras de São José do Rio Preto. O recorte temporal para este estudo abrange as décadas de 1940 a 1990, período em que as professoras entrevistadas lecionaram nas escolas primárias rurais nos três municípios destacados. O referencial teórico-metodológico utilizado para a pesquisa são pressupostos da História Oral, a partir de estudos de Albertini (1990), permitindo, por meio de entrevistas semiestruturadas com as referidas professoras, um diálogo, rememorando o tempo vivido por elas nas respectivas escolas primárias rurais. Os resultados finais confirmam que a formação inicial, bem como as práticas educativas realizadas nesse âmbito, aproxima-se das escolas urbanas e, com exceção da horta, como prática diferenciada, não havia uma formação diretamente relacionada à prática de ensino dos professores para o ambiente rural.

Palavras-chave: Formação. Prática educativa. Professora rural.

ABSTRACT: *From the narratives of 13 teachers, it was possible to understand the training and educational practices carried out in primary schools located in the rural areas of three São Paulo municipalities: Birigui, Rio Claro and São José do Rio Preto. The oral sources consisted of interviews with four teachers from the municipality of Birigui, five teachers from Rio Claro and four teachers from São José do Rio Preto. The time frame for this study covers the decades from 1940 to 1990, a period in which the teachers interviewed taught in rural primary schools in the three highlighted municipalities. The theoretical-methodological framework used for the research are presuppositions of Oral History, based on studies by Albertini (1990), allowing, through semi-structured interviews with the mentioned teachers, a dialogue, recalling*

¹ Mestra e Doutora em Educação pela UNESP/Marília. Pós-doutorado em Educação Escolar pela UNESP/Araraquara. Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui, Birigui/SP, Brasil. ORCID: 0000-0003-0026-8886. E-mail: prof.aureafateb@gmail.com

² Mestre em Educação pela UNESP/Marília. Doutoranda em Educação pela Unesp/Marília. Prefeitura Municipal de Rio Claro/SP. ORCID: 0000-0003-0983-1727. E-mail: kamila_evaristoleite@yahoo.com.br

³ Mestre em Educação pela UEMS. Doutoranda em Educação pela UNESP/Marília. Bolsista Capes. Prefeitura Municipal de Paranaíba/MS. ORCID: 0000-0001-6405-7899. E-mail: noelycdgarcia@terra.com.br

the time lived by them in the respective primary schools. rural areas. The final results confirm that the initial training, as well as the educational practices carried out in this context, are close to urban schools and, with the exception of the vegetable garden, as a differentiated practice, there was no training directly related to the teaching practice of teachers for the environment rural.

Keys-words: *Formation. Educational Practice. Rural Teacher.*

RESUMEM: *A partir de las narraciones de 13 docentes, fue posible comprender las prácticas de capacitación y educación llevadas a cabo en las escuelas primarias ubicadas en las zonas rurales de tres municipios de São Paulo: Birigui, Rio Claro y São José do Rio Preto. Las fuentes orales consistieron en entrevistas con cuatro docentes del municipio de Birigui, cinco docentes de Río Claro y cuatro docentes de São José do Rio Preto. El marco de tiempo para este estudio cubre las décadas de 1940 a 1990, un período en el cual los maestros entrevistados enseñaron en escuelas primarias rurales en los tres municipios destacados. El marco teórico-metodológico utilizado para la investigación son presuposiciones de Historia Oral, basadas en estudios de Albertini (1990), que permiten, a través de entrevistas semiestructuradas con los maestros mencionados, un diálogo, recordando el tiempo que vivieron en las respectivas escuelas primarias. zonas rurales. Los resultados finales confirman que la capacitación inicial, así como las prácticas educativas llevadas a cabo en este contexto, están cerca de las escuelas urbanas y, con la excepción del huerto, como práctica diferenciada, no hubo capacitación directamente relacionada con la práctica docente de los docentes para el medio ambiente. rural.*

Palabras-clave: *Formación. Práctica Educativa. Maestra Rural.*

Introdução

Neste texto, a partir de narrativas orais de 13 professoras, buscamos compreender a formação e as práticas educativas exercidas em escolas primárias localizadas nas zonas rurais de três municípios paulistas: Birigui⁴, Rio Claro⁵ e São José do Rio Preto⁶. O referencial teórico-metodológico utilizado para a pesquisa são pressupostos da História Oral, a partir de estudos de Albertini (1990), os quais permitem, por meio de entrevistas semiestruturadas com as professoras primárias, um diálogo, a fim de recordar o tempo vivido por essas docentes nas escolas primárias rurais. Apontamos como resultado inúmeras possibilidades para se entender a profissão

⁴ Birigui foi fundada por Nicolau da Silva Nunes, em 7 de dezembro de 1911, e se situa na Região Noroeste do Estado de São Paulo, distante 521 Km da capital do estado. Ocupa uma área de 530.651 km².

⁵ Rio Claro, cidade do interior do estado de São Paulo, está situada no centro-leste do estado, cerca de 173 km da capital, possuindo uma área de 498,422 km². Sua fundação se deu no início do século XX, em 1827.

⁶ São José do Rio Preto foi fundada em 19 de março de 1852. Localiza-se na região noroeste do estado de São Paulo, cerca de 442km da capital e ocupa uma área de 431,944 km².

docente nas zonas rurais e as práticas educativas realizadas no ensino primário rural paulista.

As pesquisas apresentadas neste texto se inserem no projeto “Formação e Trabalho de Professoras e Professores Rurais no Brasil: PR, SP, MG, RJ, MA, MS, MT, PE, PI, SE, PB, RO (décadas de 40 a 70 do século XX)” (CHALOPA, 2016)⁷. Do estado de São Paulo, por ser parte integrante do projeto de pesquisa, utilizamos três estudos realizados em diferentes municípios paulistas, sendo eles: Birigui, Rio Claro e São José do Rio Preto, como já mencionado, para analisar dois aspectos da profissão docente na zona rural, a formação e as práticas educativas em escolas rurais. Essas pesquisas são oriundas de estudos em nível de Pós-Graduação em Educação (mestrado, doutorado e pós-doutorado)⁸, realizados na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

O recorte espaço-temporal para este estudo abrange as décadas de 1940 a 1990, período em que as professoras entrevistadas lecionaram nas escolas primárias rurais nesses três municípios já apontados. A escolha deles se deve por serem três regiões do estado de São Paulo que, no período delimitado para a pesquisa, ainda tinham um número significativo de pessoas residentes no meio rural.

Ressaltamos a importância desse estudo para o estado de São Paulo, bem como para a história da formação e trabalho de professores primários rurais no Brasil, uma vez que a formação desses professores e a expansão das escolas primárias rurais, local de trabalho dessas professoras entrevistadas, apresentam configurações diferentes de outros estados brasileiros. Como bem aponta Bittencourt (1990), o estado de São Paulo já na Primeira República (1889-1930), destacava-se no cenário educacional nacional, tornando-se um dos espaços privilegiados de transformações econômicas e sociais. Por isso, há a necessidade de contextualizarmos a escola rural neste estado, para dar sentido, principalmente, às práticas educativas, que serão abordadas neste texto.

⁷ O projeto compreende um estudo histórico sobre a formação e trabalho de professoras e professores primários rurais em 12 estados brasileiros (RO, MA, PI, PB, PE, SE, MT, MS, MG, RJ, SP, PR), abrangendo as décadas de 40 a 70 do século XX. Esse projeto tem como objetivo analisar a profissionalização docente no Brasil, buscando compreender as políticas públicas empreendidas em âmbito nacional e estadual para a formação do magistério rural e as formas de recrutamento, carreira, salários e condições de trabalho dos professores do campo. A investigação proposta pelo projeto constitui um desdobramento de outros projetos de pesquisa conjuntos, colaborações e intercâmbios estabelecidos pelos pesquisadores ao longo dos últimos dez anos, incidindo sobre a temática da educação rural, objeto de pesquisa relevante para a história educacional e cultural e para a área da Educação.

⁸ Todos os questionários das pesquisas passaram pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

Nessa perspectiva, Souza e Ávila (2015) explicam que o estado de São Paulo foi privilegiado com a expansão do ensino primário a partir da criação de Grupos Escolares. Esse modelo de escola primária era implementado principalmente nas zonas urbanas, porém, até meados do século XX, grande parte dos paulistas residiam nas zonas rurais. Em contrapartida, nesses espaços foram instaladas Escolas Isoladas, que ofertavam os três primeiros anos do ensino primário para as crianças rurais, ensinando o ler, o escrever e o contar. Essas escolas isoladas foram organizadas no formato multisseriadas, regidas por uma professora com várias crianças em diferentes níveis de aprendizagem.

A expansão das escolas rurais paulistas só ocorreu efetivamente a partir dos anos de 1930. Entre 1930 e 1960 ocorreu um crescimento expressivo dessas escolas, como salientam Souza e Ávila (2015). No ano de 1934, existiam 2930 unidades escolares na zona rural do estado de São Paulo. Em 1940, o número de escolas rurais passou para 4539. Já na década de 1950, esse número saltou para 6242, e em 1961, para 10592 unidades, alcançando o número de 14449 unidades escolares em 1970 (SÃO PAULO, 1964, p.11).

Nos anos de 1980 e 1990, as escolas rurais começam a ser fechadas gradativamente. Esse fenômeno ocorreu por dois fatores: o transporte das crianças rurais para as escolas urbanas e o decreto n. 29.499, de 1989, que reorganizou o ensino rural no estado de São Paulo e implementou a nucleação das escolas rurais⁹. Como constatou Vasconcellos (1985; 1991), o transporte escolar de crianças da zona rural e a nucleação das escolas rurais foram pontos fundamentais para o fechamento das escolas primárias rurais no modelo multisseriado.

O papel da memória nas entrevistas: a História Oral como alternativa metodológica

A pesquisa se utiliza da metodologia da história oral entendida por Aberti (1990) e Vidal (1990), empregando a técnica de entrevistas (LÜDKE; ANDRÉ 1986), e

⁹ Silva, Morais e Bof (2006) compreendem a nucleação das escolas rurais com um processo político-administrativo que tem como objetivo: reunir várias escolas unidocentes (escolas isoladas e escolas de emergência) em uma só escola núcleo, desativando ou demolindo as demais. “O princípio fundamental é a superação do isolamento e abandono, os quais as escolas rurais isoladas experimentam e vivenciam em seu cotidiano, e oferecer aos alunos uma escola de melhor qualidade” (SILVA; MORAIS; BOF, 2006, p.116).

o estudo a partir do que retrata a memória das entrevistadas (BOSI, 1994; LE GOFF, 2003; MENEZES, 2004; RICOEUR, 2007).

Para Meihy (2013), existem três gêneros distintos em História Oral, constituindo-se em: história oral de vida, história oral temática e tradição oral. O autor explica que “[...] as duas primeiras podem servir a projetos de bancos de histórias ou implicar análises que superem o sentido da recolha, mas a tradição oral alude exames longos e complexos, incapazes de sínteses” (MEIHY, 2013, p. 34).

No entanto, para este estudo, optamos pela história oral temática, porque o nosso objetivo foi promover discussões em torno de um tema específico, no caso, a formação e as práticas educativas de professores primários rurais no estado de São Paulo. Com relação ao seu dado específico, segundo Meihy (2011, p.89), a história oral temática “[...] ressalta detalhes da história pessoal do narrador que interessam por revelarem aspectos úteis à instrução dos assuntos centrais”. Para esse autor é importante destacar que, na história oral temática, admite-se o uso de roteiros e questionários, tornando-lhes peça fundamental para aquisição dos detalhes procurados.

Do mesmo modo, Vidal (1990, p. 78) entende a metodologia da história oral como uma situação de conversação controlada na qual o “[...] campo de referência oferecido ao depoente pelo entrevistador, onde estão definidas, ou pelo menos apontadas, as margens, os limites fora dos quais a fala torna-se desinteressante”.

Levando-se em conta a importância da memória das entrevistadas e a relação construída entre nós e essas professoras entrevistadas, seguimos as premissas metodológicas da História Oral Temática, com o propósito de construir uma compreensão sobre a historicidade e a cotidianidade da formação inicial e das práticas de ensino dessas professoras em escolas primárias rurais.

De acordo com Vidal (1990), a história oral pode ser a manifestação do sujeito sobre determinados fatos que lhe foram significativos, podendo revelar a sua identidade. A autora ainda explicita que a história oral tem três tempos: o vivido, o lembrado e o narrado. Em consonância com os estudos de Freitas (2006, p. 51), elucida que “[a]través do resgate da memória se reconstrói o passado”, portanto, ao estudar as trajetórias dessas professoras, foi possível reconstruir aspectos importantes da história da formação docente no estado de São Paulo, como também das práticas educativas exercidas em escolas localizadas na zona rural.

Porém, entendemos que essas docentes, em sua maioria, não permaneceram por muito tempo em escolas rurais, logo, não criaram uma identidade como professoras

dessas escolas, já que estavam por lá de passagem e o principal objetivo era constituir pontuação, para então, em concursos de remoção, transferirem-se para as escolas urbanas, que geralmente estavam localizadas muito mais próximas de suas residências.

O grupo pesquisado¹⁰ é composto por 13 professoras, sendo 12 aposentadas e uma ainda em exercício da função. Todas são integrantes da rede de ensino pública estadual e/ou municipal do estado de São Paulo, tendo atuado entre os anos de 1940 e 1990 nos municípios considerados nesta pesquisa.

Dessa forma, por meio das entrevistas, fomos construindo, gradativamente, um quadro descritivo que tivesse informações sobre a trajetória pessoal, formativa e de exercício da docência em escolas rurais das professoras entrevistadas. E foi diante dele que passamos a discorrer de forma geral sobre quem são essas 13 mulheres e quais são suas contribuições para a formação e a prática de ensino no meio rural.

Da cidade de Birigui foram entrevistadas quatro professoras. Dessas quatro, três eram filhas de trabalhadores da classe média, sitiantes e nasceram na zona rural. Somente a professora Marcório nasceu na cidade. A professora Mesquita chegou a morar no colégio interno da cidade de Cafelândia/SP por um ano, mas, depois disso, seus pais resolveram mudar-se para a cidade de Birigui/SP, para que a filha prosseguisse nos estudos. A professora Bilia, com três anos de idade, passou a morar na cidade de Birigui com uma professora leiga, daí o incentivo para o curso normal. Já as professoras, Mesquita, Cotarelli e Marcório prosseguiram nos estudos e se tornaram profissionais em virtude de serem pessoas da classe média, que sofreram influências de familiares.

As professoras Mesquita, Cotarelli e Bilia concluíram o curso normal em escolas normais livres, as duas primeiras na Escola Normal Livre do Colégio Metodista “Instituto Noroeste”, Bilia, na Escola Normal Livre do Colégio Católico “Externato Sagrado Coração de Maria”, e a professora Marcório, no Instituto de Educação “Prof. Stélio Machado Loureiro”. Somente a professora Marcório cursou o ensino superior: Pedagogia. As quatro professoras iniciaram a carreira docente lecionando entre 5 e 19 anos em escolas rurais do município e de outras regiões rurais adjacentes pertencentes às cidades de Andradina, Araçatuba, Aurifloma, Bilac, Coroados, Getulina, Glicério, Muritinga do Sul, Rinópolis, Santópolis do Aguapeí e Valparaíso. Isso se deve, segundo

¹⁰ O critério de seleção das professoras entrevistadas foi estabelecido a partir do tempo de exercício da profissão docente na zona rural e os nomes usados na pesquisa são os sobrenomes para as cidades de Birigui e São José do Rio Preto e nomes fictícios para as professoras da cidade de Rio Claro.

Serra (2014), ao ensino na região de Birigui estar por um longo período vinculado à Delegacia de Ensino da cidade de Lins, depois à Delegacia de Ensino de Araçatuba, criada no ano de 1947, por meio do Decreto nº. 17.698, de 26 de novembro de 1947. E somente em 1976, com o Decreto 7510, de 29/01/1976, é que foi criada a Delegacia de Ensino de Birigui, existente até hoje, 2020, com o nome de Diretoria de Ensino.

No município de Rio Claro, foram entrevistadas cinco professoras primárias¹¹ e que lecionaram entre 5 e 12 anos em escolas rurais do município. Essas docentes nascidas em Rio Claro eram filhas, esposas e mães que deixavam as suas famílias nos centros urbanos para se dedicarem algumas horas do dia às crianças rurais.

Duas professoras, Mariquinha e Violeta, chegaram a residir na mesma localidade das escolas rurais, passando a semana e retornando para os seus familiares apenas aos sábados e domingos. “*O dono vinha me buscar na segunda-feira de manhã e eu passava a semana na casa dele e voltava sábado à tarde com aquela carroça de roda de ferro*” (VIOLETA, 2016). As outras professoras utilizavam de diferentes meios de transportes para chegarem até as escolas localizadas na zona rural.

As cinco professoras se formaram ainda jovens: no antigo curso normal ou na habilitação para o magistério, e tinham em comum um nível de certificação alto; somente uma professora não participou de cursos de aperfeiçoamento e especialização. As outras docentes também realizaram o curso de Pedagogia quando já lecionavam. A professora Amélia foi a única que não iniciou a carreira docente em escolas rurais, mas sim em classes de alunos especiais. Atualmente essas professoras são aposentadas.

Em São José do Rio Preto, foram entrevistadas quatro professoras¹². Todas elas nasceram no município de São José do Rio Preto e frequentaram o Curso Normal. Somente uma delas, a professora Alvarez, não fez curso superior e nem aperfeiçoamentos, apenas o Curso Normal. A professora Sanches fez o Normal, o Técnico em Administração e cursos de aperfeiçoamentos em Matemática. Já a professora Azem fez o Curso Normal e Pedagogia, e a professora Pires, além do Normal e da Pedagogia, fez Aperfeiçoamento em Administração Escolar e iniciou a Faculdade de Belas Artes em Araraquara, porém, não a concluiu.

As quatro professoras do município São José do Rio Preto iniciaram a carreira docente em escolas primárias no meio rural. Assim como em Birigui, as quatro

¹¹ Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética com o CAAE n. 57879316.5.0000.5406.

¹² Pesquisa aprovada com base no roteiro do Projeto Nacional nº 01/2016, Faixa C, financiado pelo CNPq, aprovado pelo Comitê de Ética, conforme a CAAE nº 77270117.0000.5400.

professoras deste município lecionaram em escolas rurais do próprio município e de outras regiões rurais adjacentes que pertenciam à Delegacia de Ensino Regional São José do Rio Preto¹³.

Assim como no município de Rio Claro, uma das professoras entrevistadas chegou a residir na fazenda onde a escola foi construída. Embora na época morasse próximo da escola, necessitou residir na fazenda. Relata que “[...] *Dormia lá. Eu não podia dormir nem na minha casa, que era 1 km dali, senão perdia os pontos. E outra, tinha quem denunciava*” (SANCHES, 2019). Do mesmo modo, as professoras Mesquista e Cotarelli, de Birigui, também relatam que residiam nos bairros

Na fazenda. Ficava o mês inteiro. Tinha sempre uma família que dava a moradia. A primeira vez que eu fui meu pai que conseguiu, era uma família italiana que tinha uma casa melhorzinha, as casas eram de barro, e só depois fizeram de madeira. Eram muito simples. Ai essa senhora italiana que era parteira deixou eu ficar na casa dela. Era como mãe. A gente era nova, nunca tinha saído de casa.

[...] meu pai foi me levar e chegando lá ele disse: 'Você vai voltar, não vai ficar aqui'. E eu disse: 'Não, eu vou ficar aqui. Ingressei e vou ficar aqui. E ele: 'Não, você não vai ficar aqui, você vai voltar comigo'. E eu disse: 'Pai eu vou ficar, pode ir embora'. Ai ele recomendou para a mulher; 'Ah ela é nova, não tem experiência, não deixa ela sair'. Ai fiquei lá. Nossa, foi ótimo para mim. (MESQUITA, 2018).

No Taquari eu morava. Ia de segunda e voltava só no sábado para casa. Inclusive na parte da tarde eu atendia a parte de oftalmologia. Quando foi para eu ingressar o Dr. Melhardo e Dr. Luís Alves não queriam que eu ingressasse no Estado, queriam que eu continuasse na saúde. Mas aí não era concurso, não era nada e não sei, acho que eu não tinha muita segurança e depois o Estado pagava melhor na época. [...] Nossa... o pessoal gostava, porque qualquer dor que a pessoa tivesse no olho ela ia lá. E uma vez por semana o médico ia lá dar atendimento. Então de manhã eu ficava na escola e a tarde eu ficava no postinho, e à noite eu dormia no próprio postinho... tinha uma cama lá. Eu dormia no mesmo cômodo. (COTARELLI, 2018).

¹³ Conforme Art. 9.º do Decreto nº 20.557, de 6 de junho de 1951 - As Delegacias Regionais referidas ficam sediadas nas localidades e designadas pelos prefixos abaixo: DRF 1 - na Capital; DRF 2 - em Santos; DRF 3 - em Taubaté - DRF 4 - em Campinas; DRF 5 - em Araraquara; DRF 6 - em São José do Rio Preto; DRF 7 - em Ribeirão Preto; DRF 8 - em Sorocaba; DRF 9 - em Botucatu; DRF 10 - em Presidente Prudente; DRF 11 - em Bauru; DRF 12 - em Araçatuba; DRF 13 - em São Carlos; DRF 14 - em Marília". Com isso, a Delegacia Regional do município de São José do Rio Preto compreende os seguintes municípios: Zona de São José do Rio Preto - Cedral, José Bonifácio, Nova Aliança, Potirendaba, São José do Rio Preto, Tabapuã, Uchôa; Zona de Monte Aprazível - Buritama, General Salgado, Macaubal, Monte Aprazível, Nhandeara, Planalto; Zona de Tanabi - Américo de Campos, Cosmorama, Mirassol, Neves Paulista, Nova Granada, Palestina, Paulo de Faria, Tanabi; Zona de Votuporanga - Alvares Florence, Cardoso, Estrela D'Oeste, Fernandópolis, Jales, Valentim Gentil, Votuporanga. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1951/decreto-20557-06.06.1951.html>. Acesso em: 17 jul. 2020.

As demais professoras enfatizaram durante a entrevista que, apesar de morarem longe da escola, iam e voltavam no mesmo dia, pois utilizavam de diferentes meios de transportes (carroça, cavalo, ônibus, perua, caminhão de leiteiro) para chegarem até as escolas localizadas na zona rural, como relata a professora Cotarelli, de Birigui.

[...] a locomoção era muito difícil, né? A gente chegava até um certo ponto de jardineira, não era nem ônibus, né? Aí tinha um menino esperando com um cavalo; aí a gente ia de cavalo uns 2 km até a escola. (COTARELLI, 2018).

Nos três grupos de professoras analisadas temos no grupo de Birigui e São José do Rio Preto duas professoras que iniciam o trabalho na docência como leigas¹⁴, e no decorrer desse exercício concluem o curso normal. A professora Alvarez do município de São José do Rio Preto explica que:

[...] Antes de me formar eu comecei na escola que meu pai fez. Fiquei uns seis meses, mais ou menos. Eu fui para as escolas isoladas porque naquela época precisava de pontos para ingressar no magistério. Não era concurso, era pontos. Eu precisava juntar uns pontos para ingressar. Então naquela escolinha que eu lecionei, antes de me formar, contaram pontos junto com as outras escolas que lecionei, já formada. (ALVAREZ, 2019).

Em Birigui, a professora Cotarelli, em sua narrativa, conta que:

É. Foi assim: Eu estava trabalhando, assim, fazendo uma espécie de estágio no cartório do Netinho, né? Cartório eleitoral não... não sei se era civil... não sei de que tipo que era. Aí eu fiquei lá acho um mês, um mês e pouco e surgiu essa escola e antigamente era difícil substituir assim professoras, né? E ele perguntou assim: você não quer dar aula lá no bairro Afluente? Falei: Netinho, eu não sou formada ainda. Ele disse: Ah não, não tem problema; é da prefeitura. Não tem problema. Então começou assim, indicação de uma pessoa. Ele nem era deputado, nem da prefeitura ele não era na época. [...] eu estava lá só para aprender, né? Nem recebia pagamento nem nada. Só para aprender algo mais. (COTARELLI, 2018).

Diante desses dados, é possível compreender as experiências dessas professoras entrevistadas, que passaram pela formação inicial no curso normal e/ou na habilitação para o magistério, sendo que sete professoras deram continuidade à trajetória escolar no

¹⁴ Gannam (1986, p. 27) define o professor leigo como “[...] aquele sem qualificação ou sem formação profissional específica”.

curso de Pedagogia, em busca de aprimorar o trabalho docente e receber as vantagens advindas com a promulgação do Estatuto do Magistério Oficial do estado de São Paulo, Lei Complementar nº 114, de 13 de novembro de 1974.

Outra informação relevante se refere às suas origens e situação econômica: as 13 professoras são naturais do estado de São Paulo e, de acordo com as suas narrativas, durante o exercício do magistério, ora rural e depois urbano, realmente conquistaram uma ascensão sociocultural em relação aos seus familiares, assim como seus filhos adquiriram capital cultural escolar além do delas, empreendendo hoje em diversas áreas.

No Quadro 1, apresentamos um resumo sobre a carreira docente das professoras entrevistadas.

Quadro 1 - A carreira docente.

Cidades	Professora	Ano de formação Curso Normal	Início na docência rural	Permanência na escola rural	Tempo no magistério
Birigui	Mesquita	1944	1944	5 anos	33 anos
	Cotarelli	1956	1954	8 anos	29 anos
	Bília	1958	1959	18 anos	30 anos
	Marcório	1964	1965	19 anos	26 anos
Rio Claro	Mariquinha	1949	1950	+/- 5 anos	30 anos
	Violeta	1961	1962	+/- 5 anos	29 anos
	Amélia	+/-1960	1970	6 anos	25 anos
	Margarida	+/- 1975	1978	12 anos	23 anos
	Josefina	1985	1986	6 anos	Ativa
São José do Rio Preto	Alvarez	1948	1940	1 ano e 1/2	31 anos
	Pires	1959	1961	5 anos	Mais de 30 anos
	Sanches	1966	1967	4 anos	26 anos e 6 meses
	Azem	1970	1972	4 anos	47 anos

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base nos depoimentos das professoras entrevistadas.

Conforme o exposto no Quadro 1, das 13 professoras entrevistadas, uma apresenta um ano e meio de exercício do magistério em escolas rurais, duas com quatro anos, quatro com cinco, duas com seis, uma com oito, uma com 12, uma com 18 e uma com 19 anos. Constatamos que 12 das professoras entrevistadas trabalharam em escolas rurais por mais tempo do que era exigido como requisito no estado de São Paulo,

estágio obrigatório de dois anos em escolas rurais, para que depois pudessem escolher uma sala de aula¹⁵.

A partir das narrativas, observamos que as professoras Bilia e Marcório, de Birigui, e a professora Margarida, de Rio Claro, permaneceram por mais tempo nas escolas rurais. A professora Bilia enfatizou em seu depoimento que se tratou de uma escolha, efetivou-se na escola rural do bairro Córrego da Pedra, do município de Santópolis do Aguapeí e logo em seguida solicitou remoção para a escola do bairro rural do Moinho, município de Birigui, permanecendo nessa escola por 15 anos. Já a professora Marcório informou que ficou lecionando 19 anos em escolas rurais por demorar a efetivar-se. Dessa forma, ao professor substituto sempre sobravam essas escolas. Ela informa também que, em 1977, quando se efetivou, ainda trabalhou até o ano de 1984 nas escolas rurais, passando pelas escolas isoladas da Fazenda Barraca, em Auriflama; escola do bairro Itaúna, de Rinópolis; escola do bairro Juritis, de Glicério, e escola do bairro Taquari, de Birigui. Removeu-se em 30/12/1984 para a EEPG Prof^ª Isabel de Almeida Marin, e em dezembro de 1985, removeu-se para o EEPG Dr. Carlos Carvalho Rosa, onde se aposentou em 1991.

As professoras que lecionaram no município de Rio Claro permaneceram em média de 5 a 12 anos nas escolas rurais. A professora Mariquinha lecionou na Escola Mista da Fazenda Serra D'Água, na Escola Municipal Rural do Bairro do Simão e na Escola Mista da Assistência; a professora Violeta, na Escola Municipal Rural do Bairro do Simão e na Escola Mista do Bairro Boa Vista. A professora Amélia lecionou por seis anos na mesma escola, a 3ª Escola Estadual de Primeiro Grau (Isolada) da Fazenda São José. Na Escola Mista da Fazenda Jussara e na Escola Mista de Ferraz lecionaram as professoras Margarida e Josefina. A professora Margarida ainda lecionou na Escola Mista de Ajapi, localizada no Centro Social Rural, e a professora Josefina, na Escola Mista da Fazenda Mata Negra e na Escola Mista da Fazenda Angélica.

Nota-se que algumas professoras lecionaram na mesma escola, mas em períodos diferentes. Após permanecerem um curto período nas escolas localizadas na zona rural, as professoras Mariquinha e Violeta foram lecionar nas escolas urbanas e posteriormente tornaram-se diretoras de escola. A professora Violeta chegou a exercer o cargo de Diretora de Ensino da região de Limeira, município do interior do estado de

¹⁵ Conforme o Anuário Paulista de Educação de 1968, até o ano de 1961 as escolas públicas do estado de São Paulo eram classificadas em 1º, 2º e 3º estágio. Após 1962, as escolas paulistas passaram a ser classificadas apenas como urbanas, distritais e rurais, não influenciando mais na carreira docente (SÃO PAULO, 1968, p. 40).

São Paulo. A professora Amélia foi a única docente que permaneceu na sala de aula, mesmo após sair da escola da Fazenda São José. As professoras Margarida e Violeta foram alunas e professoras de escola isolada e posteriormente tornaram-se vice-diretoras das escolas rurais, após a nucleação das escolas multisseriadas. Atualmente essas professoras estão aposentadas, e apenas a professora Josefina está na ativa, mas já se encontra também em processo de aposentadoria.

Diferentemente dos municípios de Birigui e de Rio Claro, as professoras de São José do Rio Preto permaneceram menos tempo nas escolas rurais. A professora Alvarez afirma ter iniciado como professora leiga em 1940 na escola em que seu pai construiu juntamente com os fazendeiros vizinhos no município de José Bonifácio, permanecendo pouco tempo, e após se formar, em 1949, voltou a trabalhar nessa mesma escola por um período de seis meses até a professora titular assumir a sala. Segundo Alvarez, além da escola construída pelo pai, ela também lecionou na Escola Mista da Fazenda Paulicéia, Escola Mista da Fazenda Matão e na Escola Mista da Fazenda Córrego Fundo. Todas as quatro escolas estavam localizadas no município de José Bonifácio. O período trabalhado nas quatro escolas totaliza um ano e meio de docência.

A professora Sanches declara ter lecionado em quatro escolas rurais, permanecendo um ano em cada escola, localizadas nos municípios de Nhandeara, Nova Luzitânia e Floreal, das quais não se recorda dos nomes. Das quatro escolas rurais em que trabalhou, em duas ela teve que morar, uma devido à distância, pois era difícil o meio de transporte, e da outra escola, por conta dos pontos, pois teria que fazer pontos para conseguir aula para o ano seguinte. Durante seu depoimento, enfatiza que se o inspetor chegasse à fazenda e ela não estivesse, não receberia os pontos, por isso ela deveria dormir lá.

Já a professora Azem trabalhou no município de São José do Rio Preto, Tanabi e Nova Aliança, em quatro escolas rurais durante os quatro anos de magistério nesse meio. Recordou apenas do nome da Escola Mista da Fazenda Monte Belo e da Escola Mista da Fazenda Barro Preto. Antes de lecionar no meio rural, a professora Azem alega ter trabalhado na Divisão Regional de Educação de São José do Rio Preto. Já a professora Pires permaneceu mais tempo nas escolas rurais. Entre a Escola Mista da Fazenda Floresta, no município de Guapiaçu, e a Escola Mista, da Fazenda Corredeira, no município de Planalto, foram totalizados cinco anos de docência. Em todas as escolas, ela ia de manhã e voltava no final do dia. Após esse período, ela alega ter

conseguido remoção para Delegacia de Ensino em São José do Rio Preto, por indicação política, onde permaneceu até se aposentar.

Após apresentar a trajetória pessoal, de formação e de exercício da docência, analisaremos, por meio das narrativas das professoras e da bibliografia selecionada, a formação inicial dessas professoras e as práticas educativas que elas exerciam em escolas rurais paulistas.

Aspectos da profissão docente na zona rural do estado de São Paulo: formação inicial

Até aqui, constatamos que as professoras entrevistadas iniciaram a carreira no magistério público primário com a formação mínima no curso normal e/ou habilitação para o magistério, exceto duas professoras que iniciaram como leigas.

A formação inicial, no estado de São Paulo, no período da pesquisa, 1940 a 1990, era o ponto inicial do ingresso da carreira docente. Segundo Alcântara (2012), o Código de Educação de 1933 instituiu os concursos de ingresso no magistério, no estado de São Paulo, e tinha como principal critério de seleção professores normalistas diplomados por escolas normais do Estado e/ou por escolas normais equiparadas. Para classificar os candidatos, levava-se em conta a média geral de psicologia e pedagogia, o tempo de exercício como professor efetivo ou substituto e a duração do curso da escola onde se diplomaram (ALCÂNTARA, 2012, p.293). Leite (2018) observou que o principal critério de seleção, ser professor normalista diplomado, estava relacionado com o alto número de escolas normais existentes no estado de São Paulo.

Em 1951, segundo Lourenço Filho (2001), existiam 135 escolas normais no estado de São Paulo; no ano de 1960, o número saltou para 267 estabelecimentos de ensino normal; em 1969, para 461 unidades, e em 1970, contabilizava-se 450 escolas normais (BRASIL, 1962; 1972). Tanto as escolas normais, como as habilitações para o magistério tinham uma formação geral e, segundo as professoras entrevistadas, não havia disciplinas, cursos ou palestras com conteúdo ou práticas de ensino para a zona rural.

De acordo com Serra (2007), no município de Birigui, existiram três escolas normais, sendo duas Escolas Normais Livres, a do Colégio Metodista “Instituto Noroeste” (1944 - 1974) e a do Colégio Católico “Externato Sagrado Coração de Maria” (1958 - 1977). Já a Escola Normal Oficial foi criada em 1958, e posteriormente,

transformou-se no Instituto de Educação “Prof. Stélio Machado Loureiro” no ano de 1961, funcionando até o ano de 1975. Em março de 1976, o curso passa a ser Habilitação Específica para o Magistério, de acordo com a lei 5.692/71, funcionando até 1988.

No município de Rio Claro, como observou Leite (2018), existiam três escolas normais, sendo uma Escola Normal Oficial que foi criada em 1949 e, posteriormente, em 1957, transformou-se em Instituto de Educação “Joaquim Ribeiro”, e duas Escolas Normais Livres: a Escola Normal Livre “Puríssimo Coração de Maria”, criada em 1928, e a Escola Normal Livre Além, (1952-1962). Com a reforma do ensino de 1971, as escolas “Joaquim Ribeiro” e a escola “Puríssimo” passaram a ofertar a Habilitação Especial para o Magistério (HEM) e, após a LDB 9394/1996, foi previsto o fechamento gradativo dos cursos de formação de professores em nível médio, sendo extintas as habilitações para o magistério nessas escolas, porém, essas duas instituições existem até os dias atuais, atendendo diferentes níveis da educação básica.

As professoras Mariquinha, Amélia, Josefina e Margarida se formaram no curso normal da Escola Normal Oficial Joaquim Ribeiro, e a professora Violeta, na Escola Normal Livre Além, em curso noturno.

Em São José do Rio Preto, no mesmo período, havia a Escola Normal Livre “Santo André” (1920-1950), na modalidade particular e confessional, sob a direção da congregação religiosa de Santo André, e a Escola Normal Oficial “Monsenhor Gonçalves” (1950-1954), transformada em Instituto de Educação em 1954, perdurando até 1976, quando passa a funcionar como Escola Estadual de Segundo Grau Monsenhor Gonçalves. Das quatro professoras entrevistadas, apenas Azem e Pires se formaram no curso normal da Escola Normal Estadual “Monsenhor Gonçalves”. A professora Alvarez fez o curso normal no Colégio Anglo Latino na capital, São Paulo, e a professora Sanches, no Colégio Estadual e Escola Normal Capitão Porfirio de Alcântara Pimentel, em Monte Aprazível/SP.

A formação para as professoras primárias rurais no estado de São Paulo ocorreu nos cursos normais de 2º ciclo, cujo currículo era o mesmo tanto para a escola na zona urbana como para o meio rural. Nesse sentido, podemos verificar, por meio das narrativas das professoras entrevistadas nos municípios de Birigui, Rio Claro e São José do Rio Preto, que a formação inicial no Curso Normal pouco auxiliou na prática docente para o magistério rural. Para Alvarez (2019), professora de São José do Rio Preto, a sua formação inicial auxiliou em alguns aspectos na docência na zona rural “[...] *deu mais*

ou menos. Não foi assim muito. Porque quando a gente sai de uma escola, é difícil, aquilo lá é muito teórico, muito pouca prática. É mais teoria”.

Do mesmo modo, Sanches (2019), também de São José do Rio Preto, enfatiza

[...] só o diploma não bastava mesmo. A gente não tinha noção nenhuma para pegar uma classe, inclusive, como eu peguei nos primeiros anos na zona rural, que não era uma classe, eram três classes numa sala só. Era uma carteira comprida que sentavam em três e a gente dividia a lousa pra três e ensinava um pouquinho daqui um pouquinho ali, um pouquinho ali. Primeira, segunda e terceira série e foi assim.

Assim como as professoras de São José do Rio Preto, as professoras de Birigui e Rio Claro também apontaram que a formação inicial era precária para se pensar a escola rural; o aprendizado se deu nos estágios supervisionados e no fazer cotidiano das escolas isoladas. Para Josefina (2016), professora de Rio Claro, o estágio foi importante para pensar a sua prática docente *“[...] acho o que me ajudou muito foi que no magistério a gente tinha uma professora excelente que chamava Marieta e no estágio ela levava a gente para as salas de aula do Ribeiro”* Margarida (2016), também professora de Rio Claro, menciona o que aprendeu no cotidiano das escolas rurais: *“[...] olha, ela auxiliou sim [formação inicial], um pouco, mas eu fui aprender no dia-a-dia.”*

Em Birigui, a professora Mesquita (2018), assim como as outras professoras de Rio Claro e São José do Rio Preto, também narrou que a sua formação inicial no curso normal pouco auxiliou, mas que foi no cotidiano das escolas rurais que construiu e aprimorou a sua prática docente. Afirma em sua entrevista: *“[...] você vai pegando prática com o tempo. Tem que ter paciência, procurar conhecer a vida de cada aluno”.* (MESQUITA, 2018).

Como observamos nas narrativas das 13 professoras entrevistadas, a formação específica para professores primários lecionar nas zonas rurais não foi ofertada nos cursos normais. Porém, segundo Chaloba (2017), existiram no estado de São Paulo, no período de 1930 a 1970, dois modelos de formação para professores rurais: cursos rápidos de especialização para os professores atuarem nas zonas rurais e na Escola Normal Rural de Piracicaba. Há poucos estudos aprofundados sobre o tema de formação de professores rurais no estado de São Paulo.

Aspectos da profissão docente na zona rural do estado de São Paulo: a prática de ensino nas escolas rurais

Ao refletirmos sobre a prática de ensino, é importante pensá-la como um elemento da prática social, a qual corresponde a uma relação entre o conhecimento inicial na formação das professoras rurais e os conhecimentos práticos adquiridos no decorrer da atuação como docente.

Desse modo, a caracterização da prática de ensino desenvolvida nas escolas rurais em pauta tem como ponto de partida as entrevistas concedidas pelas 13 professoras que lecionaram nessas escolas nos respectivos municípios já destacados. A partir das narrativas, ficou evidente que as práticas de ensino na zona rural eram semelhantes às atividades pedagógicas realizadas nas escolas urbanas. As professoras destacaram a organização da sala de aula das escolas isoladas: eram multisseriadas; a lousa era dividida por ano/série, e, quando havia mais de uma lousa, a disposição da sala mudava e era organizada conforme a disposição das mesmas.

A Professora Josefina, de Rio Claro, discorreu sobre a divisão da lousa em classes multisseriadas:

Então, a gente dividia, então eles também iam se adaptando com a situação, então, gente aqui é primeiro ano, essa lousa vai ser para eles, a gente vai ter que se organizar, e era assim, tinha uma lousa do lado, lembro que tinha uma escola que tinha uma lousa lateral. Então, eu virava as crianças, a gente organizava a sala conforme a necessidade do momento, se fosse uma roda de conversa todos participando, conforme a necessidade da aula, do momento. (JOSEFINA, 2016).

As já referidas professoras destacaram ainda a confecção de materiais que usavam para trabalhar. Um exemplo disso é o caso da professora Bilia, de Birigui, que relata: “*Tudo que tínhamos, éramos nós que criávamos. Era tudo bem criativo*” (BILIA, 2018). Outra professora de Birigui que menciona sobre a confecção de materiais é Cotarelli. Vejamos:

Algum material a gente confeccionava, né? A maioria. A gente tinha o flanelógrafo. Não sei se você conhece. Era assim uma espécie de retângulo, mais para quadrado; que tinha um suporte assim [...] Então o que a gente queria que a criança fixasse mais a gente punha ali através de figuras ou desenhos. Era muito importante. O material era feito por nós. E às vezes a gente até procurava na caixinha de

pasta, né? Os nomes, as letras de forma para a criança ao mesmo tempo ver o manuscrito e a letra de forma. Ai pegam rápido, juntava a sílaba e eles mesmos formavam palavras também. Era muito importante. [...] por exemplo, se a gente quisesse fazer uma composição através de um quadro, a gente tinha aqueles quadros grandes com figuras grandes, a gente fazia [...] tudo a gente levava. (COTARELLI, 2018).

Durante a entrevista, Sanches (2019), professora de São José do Rio Preto, esclarece que desenvolvia as atividades pedagógicas nas escolas isoladas rurais conforme o programa que recebia da delegacia de ensino durante as reuniões pedagógicas. Sobre essa questão, explica:

[...] Como na escola isolada eram três classes em uma só, então a gente procurava fazer tudo separado. Se fosse ensinar matemática pros da segunda série ou terceira, preparava se era multiplicação, divisão, fazia tudo certinho, ensinando um por um [...] vai na lousa, né. Depois dava outra continha para ver se aprendeu mesmo ou não. (SANCHES, 2019).

Entre as principais disciplinas ministradas pelas professoras entrevistadas, estava: leitura, escrita e aritmética. Esses conteúdos estavam baseados no Código de Educação do estado de São Paulo (1933) e não havia um programa de ensino diferenciado para as escolas urbanas e para as escolas localizadas na zona rural. A professora Josefina (2016), de Rio Claro, lembrou que *[...] as principais matérias eram, português, matemática, história, ciências e geografia, o básico eu tinha que cumprir [...]*. Assim também a professora Cotarelli, de Birigui:

Nas escolas rurais praticamente a gente tinha assim: as matérias, Português, Matemática... todas as matérias. Então a gente procurava de uma maneira bem assim, que a criança pudesse entender e dar exercícios para que houvesse fixação do conteúdo exposto. Era geralmente expondo o conteúdo. O que você podia ilustrar, você ilustrava, porque eles gravavam melhor. (COTARELLI, 2018, p.97).

A professora Mariquinha, de Rio Claro, recordou das aulas de linguagem:

Olhava a gravura e fazia um texto, tinha que primeiro começar com a alfabetização, tirar e procurar no quadro seis palavras que tinham a sílaba BA, então, por exemplo, tinha cachorro, mas não tinha a sílaba BA, era difícil, a criança da roça não conseguia fazer. [...] a gente colocava 1º ano, era difícil, porque naquela ocasião a classe mais trabalhosa que tínhamos era o 2º ano, tínhamos que ensinar a fazer

problemas com mais de uma operação, tínhamos que ensinar linguagem e composição para dissertar história em cima de uma gravura, mesma coisa da cidade, não tinha diferença [...]. (MARIQUINHA, 2016).

Enfim, as escolas isoladas eram consideradas escolas de ensino comum e estavam apenas localizadas na zona rural (LEITE, 2018). Moraes (2014) menciona a existência de dois tipos de ensino na zona rural - o ensino rural comum, representado pelas escolas isoladas, e as escolas de emergência e o ensino típico rural, representado pelas granjas escolares, pelos grupos escolares rurais e pelas escolas típicas rurais. Essas iniciativas do ensino típico rural apresentavam um currículo diferenciado e objetivavam fixar o homem rural à terra. Assim, entendemos que as escolas rurais comuns não tinham um currículo específico com conteúdo para a zona rural. E, entre as práticas realizadas pelas professoras entrevistadas, o cultivo da horta escolar era o mais próximo de uma experiência rural.

A professora Amélia (2017), de Rio Claro, lembrou como ela e os alunos criaram a horta escolar na 3ª EEPG (Isolada) da Fazenda São José:

As crianças haviam feito um jardim e depois eles fecharam com cerca, e eu escolhi um dia por semana para as crianças [cuidarem da horta] para nós fazermos a horta da escola. Fizemos a horta, alface, jiló, berinjela, um monte de coisas, espinafre que eu levava de saco para o administrador, todo mundo comia, então, essa foi a primeira arrancada, a minha escola ficou a mais bonita. (AMÉLIA, 2017).

Em Birigui três das quatro professoras entrevistadas relataram que: [...] *a gente tinha uma hortinha, né? Os alunos participavam, colhiam as verduras. Adoravam colher as verduras. Era só o conhecimento da gente mesmo.* Já a professora Cotarelli (2018) relata que aprendia com os alunos: *Era eles é que explicavam para gente, isso já era parte do cotidiano deles. Sabiam manusear uma enxada.* A professora Marcório (2018) também informou em sua entrevista que: *Às vezes era os alunos que me ensinavam a plantar.*

Além disso, as docentes narraram que deveriam controlar o tempo para conseguirem atender a todas as crianças da sala. Neste aspecto, a professora Mesquita, de Birigui, enfatiza que: *Tinha o primeiro, segundo e terceiro ano. No primeiro ano tinha a seção A, B e C, depois tinha o segundo e o terceiro anos e todo mundo tinha que trabalhar, né. Você sempre fazia um diário, senão você ficava perdida* (MESQUITA, 2018, p.83). A professora Marcório, também de Birigui, enfatizou em sua narrativa que

[...] na escola além de ser professora eu era merendeira, jardineira, faxineira e fazia horta, e tudo isso com três séries para dar aula, então, era muitas funções que eu fazia. Eu dividia a lousa entre os alunos da 1º, 2º e 3º anos e passava a atividade todos juntos, então tinha que ter um jogo de cintura muito grande para saber lidar com 32 alunos em uma sala. (MARCÓRIO, 2018).

De acordo com a professora Pires, do município de São José do Rio, controlar o tempo era uma das dificuldades em ser professora rural

[...] Era difícil, porque a gente tinha que dividir o tempo, né e dar as coisas para uma turma enquanto a gente trabalhava com a outra. Então uma fazia exercício e as coisas enquanto a gente ia trabalhar com a outra série (risos). Em consonância, a professora Alvarez explica [...] você tinha que dividir o tempo com uma lousinha que não cabia nem para um. (PIRES, 2019).

Considerações finais

Neste texto, é possível enumerar vários itens em relação à relevância das 13 narrativas: recuperam a trajetória de vida; iluminam as dimensões sociais e educacionais guardadas nos bastidores e revelam a prática da memória feminina e seu espaço de legitimação, assim como a visibilidade da mulher na história. Mediante a análise dessas memórias, considerando a condição social e cultural de cada década envolvida na pesquisa, observa-se o modelo de mulher adotado frente ao magistério, na vida, nas escolhas, nas ações, e propõe, além disso, a análise da trajetória individual de cada entrevistada.

Porém, neste texto, analisamos somente alguns dos aspectos da profissão docente na zona rural do estado de São Paulo por meio dessas 13 narrativas. As professoras foram entrevistadas em diferentes momentos, por diferentes pesquisadoras das três cidades selecionadas para esta pesquisa. A intenção maior foi observar as aproximações na formação inicial e nas práticas de ensino nas escolas rurais por onde circularam essas professoras, nas mais diferentes localidades do estado de São Paulo, para assim, compreendermos a importância do trabalho dessas professoras frente à educação rural.

Nos três municípios envolvidos nesta pesquisa, a propósito, Birigui, Rio Claro e São José do Rio Preto, observamos aproximações na vida profissional das professoras.

Sobre a formação inicial, afirmamos que as 13 professoras fizeram o curso normal para poderem ingressar no magistério oficial. Quanto à formação em curso superior, apenas 10 o cursaram, e dessas 10, sete cursaram Pedagogia.

Sobre a prática de ensino, todas as professoras foram unânimes em afirmar que esta foi construída no cotidiano escolar. De acordo com alguns estudiosos da área, o sujeito professor se constitui nas situações vividas, no cotidiano, nas práticas que expressam interesses, vontades, valores e sentimentos diversos, que permitem o conhecimento do social.

Ao rememorar as suas práticas em escolas rurais, as professoras entrevistadas narraram algumas atividades que se assemelharam nos três municípios, como o plantio e o cultivo da horta escolar. Elas também se lembraram da disposição das carteiras e das lousas, da divisão da sala de aula em ano/série e das dificuldades, assim como os poucos recursos materiais e pedagógicos que tinham para lecionar na zona rural, além da distribuição do tempo escolar. Podemos inferir que as práticas educacionais dessas 13 professoras apresentam traços do ensino tradicional, como podemos observar nos trechos dos depoimentos ao longo deste texto.

Parafraseando Nóvoa (1995), afirmamos que trabalhar com a memória de professores é uma forma de recolocá-los no centro dos debates educativos e das problemáticas de pesquisa, visto que as vivências individuais coletadas e analisadas tornam possível observar como esses professores se constituíram, como encararam a profissão e o percurso social mediado por ideias e práticas em circulação que os levaram a ser e fazer-se professores.

Por fim, destaca-se que algumas dessas considerações acerca da história da profissão docente rural no Estado de São Paulo podem ser refletidas no contexto brasileiro frente ao projeto *Formação e trabalho de professoras e professores primários rurais*.

Referências

ALBERTI, Verena. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 1990.

ALCÂNTARA, Wiara Rosa Rios. A sala de aula foi o meu mundo: a carreira do magistério em São Paulo (1920 – 1950). In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.38, n.2, p.289-305, abr./jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n2/a02v38n2.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2020.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Pátria, civilização e trabalho: o ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939)**. São Paulo. Editora Loyola, 1990.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. **Anuário Estatístico do Brasil**. 1971 [do] IBGE, Rio de Janeiro, 1972.

BRASIL. **Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1.º e 2.º graus, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: 29 jun. 2020.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 29 jun. 2020.

BRASIL. **Sinopse Estatística do Ensino Médio**. Ministério da Educação e Cultura. Serviço de Estatística da Educação e Cultura, 1962.

CHALOPA, Rosa Fátima de Souza. A formação de professores primários rurais no estado de São Paulo (1930-1971). In: **Revista Linhas**. Florianópolis, v.18, n.37, p.179-209, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723818372017179/pdf>. Acesso em: 23 jun. 2020.

CHALOPA, Rosa Fátima de Souza (Coord.). **Formação e Trabalho de Professoras e Professores Rurais no Brasil: PR, SP, MG, RJ, MA, MS, MT, PE, PI, SE, PB, RO (décadas de 40 a 70 do século XX). Projeto de Pesquisa**. Araraquara - SP, 2016 (não publicado).

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanistas, 2006.

GANNAM, Sônia Turfi. Determinantes da ação educativa dos professores leigos na escola rural de uma realidade em transformação (resenha). In: **Em Aberto**, Brasília, n.32, out./dez.1986. p.27-28.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão *et al.* 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LEITE, Kamila Cristina Evaristo. **Memórias de professoras de escolas rurais**. (Rio Claro – SP, 1950 a 1992. 2018. 174p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Marília, 2018.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. **A formação de professores: da Escola Normal à Escola de Educação**. Brasília: INEP/MEC, 2001.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. Métodos de coleta de dados: observação, entrevistas e análise documental. *In*: LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MEIHY, José Carlos Sebe B. **História oral: como fazer, como pensar**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MENEZES, Maria Cristina. (org.). **Educação, memória, história: possibilidades, leituras**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004.

MORAES, Agnes Iara Domingos. **Ensino primário tipicamente rural no Estado de São Paulo: um estudo sobre as Granjas Escolares, os Grupos Escolares Rurais e as Escolas Típicas Rurais (1933-1968)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2014.

NÓVOA, António. Os professores e as histórias de vida. *In*: NÓVOA, Antonio. **Vidas de professores**. Portugal: Porto Editora, 1995. p.11-30.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n.17698, de 26 de novembro de 1947. **Aprova a Consolidação mandada elaborar pelo Decreto n. 17.698, de 13 de maio de 1947**. São Paulo: LEX. (LEX - Coletânea de Legislação).

SÃO PAULO (Estado). Decreto n.7510, de 29 de janeiro de 1976. **Reorganização da Secretaria de Estado da Educação**. Organização por Leslie M. J. S. Rama. São Paulo: SE/CENP, 1995.

SÃO PAULO. (Estado). Secretaria de Estado dos Negócios da Educação. **Anuário Paulista de Educação**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1968.

SÃO PAULO. (Estado). Departamento de Estatística do Estado. **Sinopse Estatística do Ensino no Estado de São Paulo - 1964**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1964.

SÃO PAULO. Lei Complementar nº 114, de 13 novembro de 1974. **Institui o Estatuto do Magistério Público de 1.º e 2.º graus do Estado e dá providências correlatas**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/29056>. Acesso em: 20 jun. 2020.

SÃO PAULO. Decreto n. 20.557, de 6 de junho de 1951. **Dispôs sobre elevação do número de Regiões Ficais do estado**. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1951. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1951/decreto-20557-06.06.1951.html>. Acesso em: 17 jul. 2020.

SÃO PAULO. Decreto n.5.884, de 21 de abril de 1933. **Institui o Código de Educação do Estado de São Paulo**. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1933/decreto%20n5.884,%20de%2011.04.1933.html>. Acesso em: 5 jun. 2020.

SÃO PAULO. Decreto n, 29.499, de 05 de janeiro de 1989. **Dispõe sobre a reestruturação e agrupamentos das escolas da zona rural.** Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/35024>. Acesso em: 20 jun. 2020.

SERRA, Áurea Esteves. **A formação do professor alfabetizador em Birigui (1961-1976).** Araraquara, SP: Junqueira & Marim; São Paulo: FAPESP, 2007.

SERRA, Áurea Esteves. Algumas reflexões sobre as escolas rurais do município de Birigui/SP - Brasil. **Boletín redipe.** escenarios de la Education, Ensenanza y el Aprendizaje. Vol.3 N.10 octubre de 2014. (p.56 - 79).

SILVA, Lourdes Helena da; MORAIS, Teresinha Cristiane de; BOF, Alvana Maria. A educação no meio rural do Brasil: revisão da literatura. In: BOF, Alvana Maria. **A Educação no Brasil Rural.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. p. 69-138. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484184/A+educação+no+Brasil+rural/6f20b4f1-a40e-4d78-baea-a1f63f191041?version=1.3>. Acesso em: 15 jun. 2020.

SOUZA, Rosa Fátima de; ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva de. Para uma genealogia da escola primária rural: entre o espaço e a configuração pedagógica (São Paulo, 1889-1947). In: **Roteiro**, Joaçaba, v.40, n.2, p.293-310, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://editora.unoesc.br/index.php/roteiro/article/view/7462/4928>. Acesso em: 23 jun. 2020.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara. Crianças Rurais e Acesso à Escola: sugestões de política pública. In: **São Paulo em Perspectiva**, 5(1): 93-98, jan./mar. 1991. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v05n01/v05n01_13.pdf. Acesso em: 03 jun. 2020.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara. Transporte, escolarização e política educacional rural. In: **Cad. Pesq.**, São Paulo (55):18-30, nov.1985. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/672.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2020.

VIDAL, Diana Gonçalves. **De Heródoto ao gravador: histórias da história oral.** *Resgate*. Campinas, jun. 1990. pp. 77-82.

Fontes orais

ALVAREZ, M. R. Ex-professora primária rural **de São José do Rio Preto**. Mar/2019.

AMÉLIA. Ex-professora primária rural **de Rio Claro**. Abr/2017.

AZEM, S. A. Ex-professora primária rural **de São José do Rio Preto**. Mai/2019.

BILIA, A. B. Ex-professora primária rural **de Birigui**. Mar/2018.

COTARELLI, M. G. Ex-professora primária rural **de Birigui**. Mar/2018.

JOSEFINA. Ex-professora primária rural **de Rio Claro**. Set/2016.

MARCÓRIO, M. C. S. Ex-professora primária rural **de Birigui**. Mar/2018.

MARGARIDA. Ex-professora primária rural **de Rio Claro**. Set/2016.

MARIQUINHA. Ex-professora primária rural **de Rio Claro**. Dez/2016.

MESQUITA, I. F. Ex-professora primária rural **de Birigui**. Mar/2018.

PIRES, I. E. P. da. Ex-professora primária rural **de São José do Rio Preto**. Mai/2019.

SANCHES, M. N. P. Ex-professora primária rural **de São José do Rio Preto**. Mar/2019.

VIOLETA. Ex-professora primária rural **de Rio Claro**. Nov/2016.

Enviado em: 23/07/2020.

Aceito em: 05/12/2020.

Publicado em: 14/12/2020.